



**ACÓRDÃO Nº420/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10828/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Jociane Siqueira Carneiro (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha.
- 5- **Exercício:** 2014.
- 6- **Advogado:** Ana Lúcia Salazar de Souza, OAB/AM 7.173, Francisco Rodrigo de Menezes e Silva OAB/AM 9.771, Nayla Michelle Zamith de Freitas - OAB/AM 7.970 e Waldir Lincoln Prereira Tavares - OAB/AM 3.998.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 728/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha. Exercício de 2014.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Comunicação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Jociane Siqueira Carneiro**, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha, exercício de 2014, nos termos do art. 71, II da CF/88 c/c art. 40, II da CE/89; art. 22, inciso III, alínea “b” e “c” c/c art. 25 da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;

**10.2. Considerar em Alcance** a **Sra. Jociane Siqueira Carneiro** no valor de **R\$ 173.180,34** (Cento e setenta e três mil cento e oitenta reais e trinta e quatro centavos), nos moldes do art. 305 da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, face às irregularidades atentatórias à incolumidade do erário verificadas na instrução e transcritas na fundamentação do Voto, itens 1 e 8, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Barreirinha no prazo de 30 dias.



**ACÓRDÃO Nº420/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará a continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Aplicar Multa a Sra. Jociane Siqueira Carneiro** no valor de **R\$ 6.830,00** (seis mil, oitocentos e trinta reais), nos termos do **art. 54, III**, da Lei nº 2.423/96 c/c o **art. 308, V**, da Resolução 4/2002, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico do qual resultou injustificado dano ao erário, em face às Restrições nºs **1 e 8**, transcritas na fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Aplicar Multa ao Sra. Jociane Siqueira Carneiro** no valor de **R\$ 13.355,00** (treze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), nos termos do **art. 54, II**, da Lei nº 2.423/96 c/c o **art. 308, VI**, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondentes às Restrições nºs 2 à 7, 9, 10, 12 à 16, transcritas na fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Determinar à origem que:**



**ACÓRDÃO Nº420/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.5.1.** Que faça as retenções necessárias no caso das Contratações de Serviços, no caso de não retenção, comunicar o fato ao INSS, Prefeitura ou qualquer outro ente que tenha a competência tributária;

**10.5.2.** Que cumpra com rigor o estipulado no art. 94 da Lei 4.320/64 que estabelece os registros analíticos de bens de caráter permanente quanto aos elementos necessários para a caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração;

**10.5.3.** Que efetive o controle dos gastos com combustíveis.

**10.6. Comunicar** a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca da inadimplência do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha quanto ao **repassé das contribuições previdenciárias** no exercício financeiro em questão.

**11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador, em Substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**

Procurador, em Substituição